

Resumo de notícias econômicas

19 de julho de 2021 (segunda-feira)

Ano 3 n. 134

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 19 DE JULHO DE 2021

Pressão de entidades trava votação de bolsa para jovens e informais

Broadcast

Bancado em parte com recursos do Sistema S, jovens de baixa renda e trabalhadores informais poderão receber um benefício de qualificação profissional de R\$ 550 para incentivar a contratação e mitigar os efeitos do impacto da pandemia da covid-19 no mercado de trabalho.

Batizado de Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva (Requip), o programa foi incluído na medida provisória que recriou o programa que permite às empresas cortarem jornada e salários ou suspender contratos durante a pandemia.

O texto, relatado pelo deputado Christino Áureo, chegou a entrar na pauta na Câmara, mas a votação foi adiada por falta de acordo, já que prevê uma tesourada em recursos do Sistema S, que tem forte presença no Congresso.

O parecer cria um segundo programa, o Priore (Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego) para a contratação de pessoas que estão com dificuldade de obter emprego. Os programas custam juntos R\$ 41,1 bilhões e foram desenhados pela equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes. O ministro tem repetido que vão funcionar com uma “rampa de acesso” ao mercado formal. O prazo dos programas é de três anos.

O primeiro programa, de qualificação, é voltado para jovens entre 18 anos e 29 anos, trabalhadores sem vínculo há mais de dois anos e pessoas oriundas de programas federais de transferência de renda, como o Bolsa Família e o auxílio emergencial. O custo do programa é de R\$ 17,2 bilhões entre 2022 e 2026 para 3 milhões de beneficiários.

O beneficiário receberá o Bônus de Inclusão Produtiva (BIP), de R \$275, pago pelo Sistema S, e a Bolsa de Incentivo à Qualificação (BIQ), pago pela empresa no valor de R\$ 275. As duas parcelas estão limitadas a 11 horas semanais e têm como base para sua definição o valor horário do salário mínimo (hoje, R\$ 1,1 mil). Além disso, o contemplado

pelo programa terá direito a vale-transporte, recesso de 30 dias e seguro contra acidentes pessoais. O BIP será pago pela União em 2021 com recursos orçamentários. Nos anos seguintes, será bancado pelo Sistema S. Poderá ser complementado por recursos do FAT e do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

O segundo programa, o Priore, garante o pagamento do mesmo BIP (bancado pela União e pelo Sistema S) para trabalhadores de 18 a 29 anos (primeiro emprego) ou com mais de 55 anos (sem vínculo formal há mais de dois anos). Os trabalhadores precisarão ganhar, no mínimo, um salário mínimo. “O benefício neste caso é um adicional para melhorar a remuneração do empregado”, disse o relator.

Setores agem para manter subsídios

O Estado de S. Paulo

O buraco de R\$ 30 bilhões que o relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), deixou na arrecadação com as mudanças previstas na reforma do Imposto de Renda pode ficar maior. É que, para compensar o imposto menor para as empresas, o relator colocou cortes em vários incentivos fiscais, que ainda precisam ser validados pelo Congresso. E a experiência mostra que os parlamentares são refratários a tesourar benefícios dados por anos a setores específicos que têm forte poder de pressão no Congresso.

Do total de R\$ 85 bilhões de medidas compensatórias para a queda o imposto das empresas e a correção da tabela das pessoas físicas em 2023, R\$ 27,4 bilhões são de cortes de incentivos fiscais, como o fim de isenção de incentivos do Pis/cofins para as indústrias de produtos farmacêuticos, químicos, embarcações, aeronaves e termoelétricas, além de mudanças no desconto que as empresas têm na concessão do vale-refeição. Esses setores já se movimentam no Congresso para barrar as mudanças com o alerta de aumento de preços. O relator previu uma economia de R\$ 300 milhões com o fim do supersalários, com votação ainda não concluída e sujeita a judicialização, e R\$ 1,7 bilhão com o fim da isenção do IR para auxílio-moradia e transporte de agentes públicos, como políticos e juízes.

Em 2022, Sabino previu R\$ 60 bilhões de medidas compensatórias, das quais R\$ 25 bilhões cortes de renúncias. Incluiu na conta R\$ 14,9 bilhões com mudanças na

tributação de fundos de super-ricos. Outros R\$ 880 milhões da conta de compensações é da atualização de imóveis pela pessoa física. No ano que vem, mesmo com as compensações, o parecer prevê rombo de R\$ 27 bilhões. Especialistas apontam que contar com a matemática do corte de renúncias para fazer uma redução mais agressiva da alíquota do IR das empresas em 12,5 pontos percentuais é uma fragilidade do projeto. Outra é que os valores de ganho de receitas com a tesourada nos benefícios têm base em dados do comportamento atual, sendo de difícil mensuração o comportamento após o fim do incentivo.

Até mesmo integrantes da área econômica não acreditam que o Congresso cortará todas as renúncias. A conta mais provável é de um corte de apenas 40% a 50% das renúncias. A ala fiscalista do Ministério da Economia vê riscos na queda permanente de cerca de R\$ 50 bilhões da arrecadação com as medidas incluídas no parecer. Se a arrecadação prevista não se concretizar, o déficit aumentará. Mas a queda da carga tributária pode reduzir pressões extras sobre as despesas e o teto de gastos, que apareceram diante do quadro de forte aumento da arrecadação neste ano, superior a R\$ 100 bilhões do previsto, na avaliação da equipe de Paulo Guedes. Tanto o ministro quanto o relator apostam na recuperação econômica e na arrecadação para cobrir as perdas com o IR das empresas.

Três tentativas recentes de cortar renúncias deram errado. O presidente voltou atrás horas depois de sancionar uma lei que colocaria fim em incentivo fiscal para combustíveis importados destinados à Zona Franca de Manaus. O governo também não emplacou o fim imediato do regime especial de tributação para a indústria petroquímica (Reiq). A medida era uma compensação para a desoneração do diesel, mas o Congresso deu sobrevida ao programa.

“Não acredito que vá ter uma redução de benefícios que compense a queda do Imposto de Renda. Ainda mais depois de tantas mudanças”, avalia Marina Marinho, professora em Direito Tributário da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Para o presidente do Conselho Federal de Economia, Antonio Correa de Lacerda, há uma contradição nos cortes previstos de renúncias. “Quando se pegam medicamentos de uso contínuo, que afetam diretamente a população de baixa renda, é uma péssima escolha de justiça fiscal”, diz.

Com fim de isenções, indústria já vê alta de 12% para remédios

Broadcast

O fim de isenções fiscais para cerca de 20 mil empresas, incluído no relatório apresentado pelo deputado Celso Sabino para a reforma do Imposto de Renda, pode fazer com que medicamentos, sabonetes e desodorantes, entre outros produtos, fiquem mais caros. As entidades que representam esses setores falam em repassar para os consumidores o aumento esperado da carga tributária. Só no caso dos medicamentos, o Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma) afirma que os preços dos produtos de uso contínuo – com tarjas vermelhas ou pretas e hoje totalmente desonerados do PIS e da Cofins – serão diretamente afetados, com aumento de cerca de 12%.

“Haverá repasse para o consumidor, porque o governo tem uma regra na lei de preços (para o setor) que diz o seguinte: se aumentar a carga tributária, ou se reduzir a carga tributária, a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) precisa automaticamente soltar as novas listas de preços máximos ao consumidor. Dependendo do nível de concorrência de um determinado produto, a fabricante pode ou não dar descontos. Mas as listas de preços divulgadas pela CMED trarão o impacto do aumento da carga tributária”, explica o presidente executivo do Sindusfarma, Nelson Mussolini.

Segundo a entidade, a classe de medicamentos que é isenta do Pis/cofins e será afetada pela medida representa quase 70% dos produtos oferecidos no País. A entidade critica o fato de que o fim da isenção só vai aumentar a carga tributária dos medicamentos no Brasil – que já é de cerca de 31% no preço final ao consumidor, enquanto a média mundial está em torno de 6%.

“Nossa preocupação, além do consumidor final, é com o Ministério da Saúde, que compra esses produtos desonerados”, diz Mussolini. “Programas como o da Aids, por exemplo, teriam um grande aumento de gasto, porque, com a mudança, o ministério teria de comprar esses medicamentos onerados. O fim dessa desoneração do Pis/cofins precisa ser muito bem estudada porque vai afetar mesmo a saúde pública.”

A previsão para o fim das isenções foi acertada entre a equipe econômica e o deputado Celso Sabino, relator da reforma do IR na Câmara. O objetivo é que o corte desses benefícios compense a queda de arrecadação com o Imposto de Renda das

Pessoas Jurídicas (IRPJ), prevista para ocorrer em 2022 e 2023. Sabino disse que a ideia, no geral, é reduzir em até R\$ 30 bilhões a atual carga tributária que vigora no País.

Para João Carlos Basilio, presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC), o repasse do aumento da carga tributária para o consumidor é “inevitável”. “Sem dúvida nenhuma, não tem como absorver um impacto brutal desses sem que a gente repasse isso para o consumidor”, afirma. A equipe tributária da associação já estuda uma projeção do impacto no aumento do preço dos produtos.

“Nós estamos em um período de pandemia, nós estamos falando de um produto de uma categoria que é considerada essencial, porque uma infinidade de produtos do nosso setor inclusive previne doenças infectocontagiosas. Então, não era pertinente que fôssemos envolvidos nessa questão neste momento. Acho o assunto muito grave”, declara Basilio.

‘Vamos testar uma taxa progressiva para os dividendos’

O Estado de S. Paulo

Relator do projeto que altera o Imposto de Renda (IR), o deputado Celso Sabino descarta risco para as contas públicas com a redução agressiva do IRPJ. Seu parecer, apresentado aos líderes, prevê uma queda de R\$ 30 bilhões na arrecadação sem compensação. Sabino diz que não haverá redução de receitas porque a economia reagirá positivamente à reforma com mais crescimento. Na entrevista que concedeu após se reunir com representantes dos shoppings centers, ele antecipa ajustes adicionais que fará, como uma tabela progressiva para a volta da tributação de lucros e dividendos. A seguir, os principais trechos da entrevista:

- **Como recebeu as críticas ao seu relatório?**

É natural que ele continue a ser aperfeiçoado. Demos o primeiro passo. O presidente (da Câmara, Arthur) Lira me pediu para fazer um esforço extra para reunir todas as bancadas e esclarecer e colher sugestões e críticas. Mas é importante destacar que o mercado reagiu muito bem. No dia da divulgação, a Bolsa subiu, na contramão das do resto do mundo.

• Muitos acham que há uma queda muito forte no IRPJ. O parecer não está na contramão do cenário internacional?

Os países estão aumentando a tributação das empresas para fazer frente aos gastos com a pandemia. Essa não é a reforma tributária da empresa A ou B ou de qualquer setor da economia e, sim, a maior reforma trabalhista de geração de emprego que o País poderia ter, com uma alíquota de 2,5% de IR. Essa é a reforma que fará o País crescer. Estamos favorecendo os investimentos em capital, retendo mais recursos dentro da empresa para a implementação de novos projetos e apostamos em mais geração de emprego.

• Há especialistas que apontam que o seu parecer acabou beneficiando os super-ricos.

Ao contrário, tributamos os mais ricos com lucros e dividendos, tributando as grandes fortunas através dos fundos exclusivos fechados criados para administrar os seus patrimônios. Vamos alcançar esses R\$ 230 bilhões (de 20 mil mais ricos) declarados e não tributados.

• O parecer trará ajustes na tributação de lucros e dividendos?

Mantivemos a proposta inicial do governo de isenção de até R\$ 20 mil para quem recebe lucros e dividendos distribuídos de micro e pequenas empresas, mas essa parte ainda está em maturação, assim como outras do projeto. Durante a tramitação, aperfeiçoaremos. Os lucros e dividendos serão tributados, não importa para quem sejam distribuídos. Retiramos a possibilidade de tributação na distribuição entre empresas do mesmo grupo, desde que entre controladas e controladoras. E, agora, estudamos a possibilidade de incluir as empresas coligadas, que não são controladas, mas investem numa sociedade de propósito específico ou em determinado projeto de uma corporação.

• Quais são os principais ajustes? • O sr. pode dar um exemplo?

Por exemplo, um empreendimento vai ser construído. Então, é criada uma sociedade. Estamos estudando a possibilidade de incluir no texto que outras empresas, que sejam coligadas que tenham 10% ou 20% daquele projeto, possam também não ter os seus dividendos tributados.

- **O sr. adotará tributação de lucro e dividendos progressiva em vez de alíquota única de 20%?**

Estamos fazendo as contas e vamos testar todas as possibilidades na Câmara. Há possibilidade, sim, de haver algumas alterações nesse item.

- **Como funcionaria?**

Sem falar em números, porque vou chutar. Seria assim: isenção (para quem recebe até) R\$ 2,5 mil, até R\$ 5 mil pagaria 5%; até R\$ 10 mil pagaria 10%; até R\$ 15 mil, 15%; R\$ 20 mil, 20% e daí para cima uma outra alíquota, por exemplo.

- **Poderia ter mais do que 20%?**

É. A progressividade faz o papel de justiça fiscal: os que ganham menos pagam menos, os que ganham mais pagam mais.

- **A redução da faixa de isenção de R\$ 20 mil para R\$ 2,5 mil na tributação de lucros e dividendos não agrava a pejetização?**

Estamos partindo para um novo modelo. Em vez de tributar o capital produtivo, tributar mais a renda quando sai da empresa. Esse novo modelo está passível de ajustes até chegarmos ao ideal. Pode ser que venha a tabela progressiva e a isenção seja ampliada.

- **Haverá novas mudanças no fim da dedução do Juros sobre Capital Próprio (JCP) ?**

Não. 75% de JCP são de bancos. Vamos tirar a dedutibilidade de JCP (forma das empresas remunerarem os acionistas). Vamos aumentar a carga sobre os bancos.

- **O presidente da Febraban elogiou as mudanças no projeto?**

Eu não vi essas palmas, não. Onde foi? Vai direto na jugular dos bancos. Ou seja, estamos tributando os bancos, os mais ricos, as grandes fortunas e corrigindo a tabela do IRPF para metade não pagar nada.

- **Se as projeções não se confirmarem, aumentará o rombo nas contas?**

Zero de aumentar o déficit público. No segundo semestre, vamos ter uma arrecadação maior do que a meta estabelecida. Vai bater com folga nos próximos quatro, cinco anos.

- **Quando o projeto do IR vai para votação no plenário?**

Em agosto.

Cinco empresas de alimentação se unem contra taxa de delivery

Folha de São Paulo

O Cade aprovou ontem, sem restrições, uma parceria entre empresas do setor de alimentação como Outback, Domino's, Giraffas, Bob's e Rei do Mate para criar e operar uma plataforma de delivery. As empresas pediram autorização preventivamente ao órgão para a união, evitando, assim, problemas concorrenciais no futuro. A aprovação foi publicada no Diário Oficial da União. A ideia é que a nova ferramenta, chamada de Quiq, permita organizar em um só lugar todos os pedidos de delivery ou retirada no local ("take away"), reduzindo custos que os restaurantes têm em plataformas como o iFood, Rappi e Uber Eats. As companhias explicaram ainda que seus negócios continuariam a funcionar "independente", não gerando efeitos concorrenciais. Apesar de a Quiq não ser relacionada diretamente às operações das redes, o grupo fez o pedido no Cade por se tratar de uma união de empresas do mesmo setor.

De acordo com Gustavo Schifino, que é sócio e o responsável pelo desenvolvimento das plataformas digitais da 4All, empresa que está por trás da ferramenta, a ideia do negócio é permitir que os restaurantes consigam administrar todos os seus pedidos em um só lugar. Os restaurantes acabam optando por um ou outro aplicativo por não conseguirem organizar os pedidos vindos de plataformas diferentes. "Imagine uma pizzaria que vê um determinado ingrediente em falta. Hoje, não é fácil colocar em todos os aplicativos que determinado produto não está à venda. Com a Quiq, ele poderá fazer tudo no mesmo lugar e de maneira mais rápida", diz Schifino. Por causa desse tipo de problema, segundo o executivo, muitas acabam optando por serem exclusivas de determinadas plataformas. Desta maneira, iFood, Rappi e Uber Eats, principalmente, acabam tendo a oportunidade de taxas maiores dos empreendedores.

Com a Quiq, espera Schifino, as taxas cobradas pelos aplicativos podem chegar a cair de 20% a 30%, pois a concorrência entre eles aumentará. "Os restaurantes ficarão menos reféns de um aplicativo ou de outro", afirma. "É como se fosse uma abertura

desse mercado.” Segundo Schifino, todos os principais aplicativos estão conectados à plataforma.

A expectativa é de que a plataforma seja lançada no fim de agosto. A empresa nascerá atuando nos 3 mil restaurantes dos sócios, mas tem a meta de alcançar 61 mil estabelecimentos até 2026. A nova companhia recebeu R\$ 100 milhões dos sócios para investir pelos próximos cinco anos. De acordo com Schifino, apesar de o pedido de aprovação ter sido feito ao Cade em dezembro, a plataforma estava em concepção ainda antes da pandemia, período que gerou uma explosão na quantidade de pedidos por delivery.

Para Sérgio Molinari, consultor de food service, o movimento pode ser positivo para diminuir as taxas pesadas cobradas pelos aplicativos. Restaurantes independentes, segundo o consultor, precisam pagar cerca de 25% do valor do pedido para os apps, enquanto os maiores conseguem contratos abaixo de 20%. “Pode fazer uma grande diferença na margem dos restaurantes.” O mercado é dominado por três grandes aplicativos: iFood, Uber Eats e Rappi. O iFood, estima-se, possui cerca de 70% desse mercado.

BC compra 41,8 toneladas de ouro de uma vez

Broadcast

No maior negócio do gênero em pelo menos 20 anos, o Banco Central comprou 41,8 toneladas de ouro. O valor não foi divulgado. Com isso, o volume do metal que faz parte das reservas do País saltou para 121,1 toneladas.

Após anos sem alterar de forma substancial a quantia de ouro nas reservas internacionais, o Banco Central comandado por Roberto Campos Neto comprou 41,8 toneladas do metal em junho. Com isso, o volume de ouro que faz parte das reservas saltou 52,7% em apenas um mês, para 121,1 toneladas – equivalentes a US\$ 6,873 bilhões. O valor da operação de junho não foi divulgado. Foi a maior compra em um mês desde pelo menos dezembro de 2000, quando começa a atual série histórica compilada pelo BC sobre o perfil das reservas. Em maio, a instituição já havia adquirido outras 11,9 toneladas. Em dois meses, o BC acrescentou 53,7 toneladas de ouro às reservas.

Antes, a maior operação de compra de ouro pelo BC havia sido realizada em outubro de 2012, quando foram adquiridas 17,2 toneladas do metal. As reservas internacionais, que no fim de junho somavam US\$ 352,5 bilhões, funcionam como uma espécie de “seguro” contra crises cambiais. Os recursos são suficientes hoje para cobrir os atuais compromissos do Brasil em dólar e, por isso, o País se coloca como um credor em moeda estrangeira.

A maior parte das reservas é formada por títulos conversíveis em dólares e por dólares depositados em bancos centrais de outros países, no FMI e no Banco de Compensações Internacionais (BIS). No fim de 2020, essa parcela chegava a US\$ 332 bilhões, ou 93,4% das reservas. Em comparação, o montante de ouro no fim do ano passado era de US\$ 4,1 bilhões, ou 1,2% do total. Com a compra de junho, o metal corresponde agora a 1,9% das reservas.

Isso não representa uma grande mudança porcentual no perfil de alocação dos recursos das reservas, mas marca uma diferença de postura do BC de Campos Neto em relação a seus antecessores. Entre novembro de 2012 e abril de 2021, o BC pouco alterou os volumes de ouro nas reservas. Nesse período, comandaram a autarquia os economistas Alexandre Tombini, Ilan Goldfajn e o próprio Campos Neto, a partir de 2019.

O economista-chefe do Banco Alfa, Luis Otavio de Souza Leal, diz acreditar que provavelmente o BC aumentou a compra de ouro como forma de diversificação de sua carteira de ativos, com o objetivo de buscar uma maior estabilidade. “Apesar de ainda ser uma parte pequena das reservas, com essa compra do ouro ele (BC) aumenta um pouco a parte de sua carteira que vai oscilar menos nesses próximos meses.”

A pandemia teve impacto nas cotações. Em meio à crise, bancos centrais e mesmo empresas de todo o mundo foram em busca do metal como ativo de reserva. Esse aumento de demanda fez a cotação à vista da onça troy na OTC Metals, nos EUA, subir de US\$ 1.515,12, no fim de 2019, para US\$ 1.896,49 no encerramento de 2020 – avanço de 25,2%.

Varejo, bancos e commodities, os favoritos na safra de balanços

Broadcast

A partir da próxima semana, a maior parte das empresas de capital aberto irá divulgar seus resultados para o segundo trimestre de 2021, e as corretoras e casas de análise já têm suas apostas para os destaques da temporada. Ações ligadas aos setores de commodities, bancos e varejo são apontadas como favoritas entre as divulgações de balanços.

Para Luis Sales, estrategista-chefe da Guide Investimentos, o segmento varejista, especialmente o de vestuário, deve ser o grande destaque do período. “Os últimos dados de vendas no varejo divulgados pelo IBGE, aliados à reabertura comercial e datas comemorativas no período (Mães e Dia dos Namorados) favoreceram este setor”. A casa tem como nomes empresas ligadas a públicos de média e alta renda, como Arezzo, Grupo Soma e Vivara, mas também companhias com operações físicas fora dos shoppings, como as Lojas Marisa.

Já o Santander aposta nas commodities, principalmente no setor de papel e celulose, já que as exportadoras venderam o segundo trimestre a celulose a preços superiores aos do primeiro trimestre. “Acreditamos que os resultados devem retirar certo mau humor que havia no mercado com ações exportadoras de commodity em ambiente que a moeda brasileira se valorizou e o preço da commodity (celulose) começou a cair”, diz Fernando Hadba, do Santander Corretora. A ação favorita é a da Suzano. O analista continua a ver preços acima de US\$ 700 para a celulose que a empresa exporta em 2021 e US\$ 615 em 2022, cenário que permitirá a desalavancagem da companhia. O banco menciona papéis ligados ao petróleo, pois os preços foram altos no trimestre e devem ter bons resultados, com destaque para Petrorio e Petrobrás.

Entre as mudanças das carteiras semanais, a Ativa Investimentos fez três trocas. Incluiu CSU Cardsystem ON, Taesa Unit e Unipar Carbocloro PNB, e retirou JBS ON, Lojas Renner ON e Vale ON. A Necton mudou a composição da carteira: retirou Petrorio ON, Suzano ON, Raia Drogasil ON e Santander Brasil Unit. No lugar, pôs BB Seguridade ON, Enauta ON, Marfrig ON e Sequoia ON

Mercado ajusta expectativa para Ibovespa

Broadcast

O Termômetro Broadcast Bolsa mostra que a expectativa de ganhos para o Ibovespa no curtíssimo prazo, que havia sido inflada na pesquisa anterior, perdeu força. Por outro lado, neste levantamento nenhum dos participantes disse esperar queda para as ações na semana que vem.

As previsões ficaram divididas entre alta, com fatia de 66,67%, e estabilidade, com 33,33% das respostas, para o período entre 19 e 23 de julho. Na pesquisa anterior, para a presente semana 83,33% acreditavam em alta; 8,33%, em variação neutra; e outros 8,33%, em perdas. A Bolsa fechou a semana com queda de 2,36%.

O Termômetro tem por objetivo captar o sentimento de operadores, analistas e gestores para o comportamento do principal índice da B3 na semana seguinte.

Os próximos dias devem ser menos intensos no Brasil com o início do recesso parlamentar, que vai até 31 de julho. A agenda é relativamente tranquila, com destaque para o IPCA-15, previsto para sexta-feira, dia 23. Há expectativa, ainda, de divulgação dos dados de arrecadação de junho, mas a Receita ainda não informou a data.

No exterior, o ponto alto do calendário econômico é a reunião de política monetária do Banco Central Europeu (BCE), na quinta-feira. “Deverá ajustar sua orientação para os próximos meses após anunciar as mudanças de suas estratégias (que agora indicam uma meta simétrica da inflação de 2%)”, afirmam os economistas do Bradesco.

Na próxima semana começa a ganhar corpo a temporada de balanços do segundo trimestre, com divulgação dos números da Neoenergia e Hypera, na terça e na sexta-feira, respectivamente. Antes, porém, na segunda-feira (19) a Vale informa seus dados de produção e vendas do segundo trimestre e na quinta é a vez a Petrobrás publicar seus dados.

Assessoria de Comunicação – Sedet
Fone: (85) 3444.2900
www.sedet.ce.gov.br

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) (R\$ MILHÕES)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB (%)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE.

Notas: (*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (**) Valores projetados, sujeitos a revisão;

Atualizado em 17/06/2021.

CONTAS EXTERNAS (US\$ MILHÕES)				
	2018	2019	2020	2021 (Até junho)
Exportações	2.342,08	2.275,19	1.853,42	1.071,64
Importações	2.534,05	2.357,54	2.413,55	1.540,16
Saldo Comercial	-191,97	-82,35	-560,13	-468,52

Fonte: MDIC

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até maio)
Brasil (R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,18
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	89,31

Fonte: Banco Central

PRINCIPAIS ÍNDICES				
	2018	2019	2020	2021 (Até maio)
IPCA -BRASIL	3,75	4,31	4,52	3,77
IPCA -FORTALEZA	2,9	5,01	5,74	5,11
INPC	-	4,48	5,45	3,95
IGP-M	7,54	7,3	23,14	15,08

Fonte: IBGE e FGV

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4
População em idade de trabalhar (mil)	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.623 (100%)
Força de trabalho (mil)	4.088 (56%)	4.185 (56%)	3.808 (50%)	3.631 (48%)
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Desocupada (mil)	412	423	549	549
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.992 (52%)
Desalentados (mil)	328	358	466	466

Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)	1.525	1.685	1.656	1.766
---	-------	-------	-------	-------

Fonte: IBGE.

ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS - CEARÁ		
Indicadores	2020	2021 (Até maio)
Contratações	372.083	182.814
Demissões	358.013	158.869
Saldo de Empregos Gerados	14.070	23.945

Fonte: Novo Caged.

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS					
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211

Fonte: RAIS/ME

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ				
ESPECIFICAÇÕES	Total do ano			2021
	2018	2019	2020	Até junho
Abertura	69.981	84.948	89.084	55.775
Fechamento	71.796	31501	27.463	17.844
Total	-1.815	53.447	61.621	37.931

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) - 2018 A 2021					
PERÍODO	Total do ano			2021	
	2018	2019	2020	Junho	Até junho
	17.214.859	18.096.308	15.930.483	1.578.983	10.038.098

Fonte: CIPP.